# *Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil*

*Collective memory, identity and collonization: the representations of cultural difference in the South of Brazil*

**Giralda Seyferth***

**Resumo**: A inserção de imigrantes europeus no regime de colonização, desde o século XIX, resultou na formação de subsistemas culturais refletidos nas denominações nacionais dos núcleos coloniais e em suas correspondentes identidades (étnicas), criadas e recriadas ao longo do tempo nas formas coletiva e individual. Neste trabalho procuro analisar algumas reconfigurações atuais de uma dessas identidades, denominada teuto-brasileira e referenciada à imigração alemã, especialmente na região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, vinculada a um passado "pioneiro" e a outros elementos simbólicos de distinção percebidos na vida cotidiana, nas festas comemorativas, nos eventos turísticos e também na literatura inspirada no passado colonial.

**Palavras-chave**: Diferença cultural; imigração; colonização; memória.

**Abstract**: Since the nineteenth-century, the insertion of European immigrants into the colonization regime resulted in the formation of cultural subsystems reflected on the national denominations of the colonial nucleus and their correspondent (ethnical) identities, created and recreated collectively and individually as time went by. In this work, I seek to analyze some of the current reconfigurations of one of these identities, denominated teuto-brazilian and linked to the German immigration, especially in the region of the Vale do Itajaí, Santa Catarina, attached to a pioneer past and other eminent symbolic elements recognized in the everyday life, commemorative parties, tourist events and also in the literature inspired on the cololonial past.

**Keywords**: Cultural differences; immigration; colonization; memory.

* Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Ciências Humanas (Ciência Política) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora associada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. *E-mail*: gseyfert@gmail.com

A inserção de imigrantes europeus no regime de colonização, desde o século XIX, resultou na formação de subsistemas culturais refletidos nas denominações nacionais dos núcleos coloniais e em suas correspondentes identidades (étnicas), criadas e recriadas ao longo do tempo, nas formas coletiva e individual. Neste trabalho procuro analisar algumas reconfigurações atuais de uma dessas identidades, denominada teuto-brasileira e referenciada à imigração alemã, especialmente na região do Vale do Itajaí, Santa Catarina, vinculada a um passado *pioneiro* e a outros elementos simbólicos de distinção percebidos na vida cotidiana, nas festas comemorativas, nos eventos turísticos e também na literatura inspirada no passado colonial.

A colonização europeia no Sul do Brasil foi idealizada no âmbito de uma política imigratória, voltada ao povoamento do território nacional, conduzida pelo Estado. O processo de ocupação ocorreu, principalmente, nas terras consideradas devolutas, conforme definição legal para as terras públicas na Lei 601, de 1850. Iniciado em 1824, com a fundação da *colônia alemã* de São Leopoldo – RS, na região do rio dos Sinos, prosseguiu ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, conformando *paisagens culturais* criadas por colonos estrangeiros e seus descendentes, de acordo com o princípio da diferença (visível), assinalado por geógrafos que estudaram a colonização. (Waibel, 1955; Roche, 1969). Não pretendo tratar da colonização estrangeira no Sul e de seus desdobramentos na longa duração. As colônias mais antigas receberam, principalmente, imigrantes alemães; os italianos e poloneses vieram depois, já no último quartel do século XIX. Foram as três nacionalidades majoritárias nas colônias, apesar do registro de imigrantes franceses, suíços, austríacos, russos, suecos, etc. Tais imigrantes aparecem em pequeno número nas listagens de colonos em algumas colônias – caso de Joinville – SC, fundada em 1851; Brusque – SC, fundada em 1860, e Ijuí – RS, fundada em 1890. O fato mais notório na contagem estatística oficial, que levou em conta o passaporte do imigrante, é o mascaramento da nacionalidade real. Muitos imigrantes classificados como austríacos eram italianos do Norte da Itália, de uma região sob domínio político do Império austro-húngaro; da mesma forma, a designação *russos* do quadro "movimento imigratório no Brasil de 1819 a 1947", elaborado por Arthur Hehl Neiva e J. F. Carneiro (cf. apêndice em Carneiro, 1950), possivelmente incluía os poloneses que chegaram em número significativo a partir de 1890, e não constam nas estatísticas oficiais porque não existia o Estado polonês. Conforme algumas narrativas de colonos, a região de onde vieram pertencia ao Império russo, e muitos emigraram com documentos falsificados. A heterogeneidade da imigração *alemã*, por sua

vez, foi assinalada por Willems (1946), que preferiu um critério linguístico de classificação para incluir, nesse grupo, os austríacos, suíços e imigrantes pertencentes às minorias germânicas do Leste Europeu – todos falantes de algum dialeto alemão. As regionalidades, presentes no caso dos alemães e italianos, cujos Estados-nação surgiram tardiamente, na segunda metade do século XIX, também contribuíram para a diversidade cultural dos núcleos coloniais e os seus desdobramentos urbanos.

O modelo de povoamento baseou-se na concessão de um lote rural familiar, fixado, aproximadamente, em 25 hectares depois da regulamentação da venda de terras públicas, ocorrida em 1854. As unidades chamadas *colônias* (ou núcleos coloniais) – com extensão territorial de duas até seis Léguas *em quadro* (conforme a legislação pertinente) – eram divididas em *Linhas* (ou picadas que pudessem funcionar como vias de comunicação) que partiam, inicialmente, de um lugar previsto para ser um futuro povoado (demarcado com *lotes urbanos*). Os colonos encaminhados às Linhas não podiam se fixar no povoado, pois havia a obrigação contratual (registrada nos títulos provisórios de propriedade) de residir no lote recebido. Assim, a noção de colônia configurou um tipo de exploração agrícola fundamentado na pequena propriedade, uma unidade de produção voltada à policultura (portanto, ao abastecimento) e trabalhada com mão de obra familiar.

Tal distribuição espacial é uma das características da *paisagem cultural* definida pelos geógrafos, pois a colonização produziu um tipo de campesinato distinto dos padrões europeus e brasileiros. Além disso, é preciso assinalar dois pontos importantes que reforçam a distinção do modelo de *colonização estrangeira* (às vezes assim referida na legislação): a proibição da posse de escravos desde 1840 e a presença residual de *nacionais* (brasileiros) nas áreas de colonização. Na verdade, os brasileiros ficaram excluídos dessa forma de acesso à terra, inclusive depois de 1889, pois mesmo a legislação republicana privilegiou a imigração e limitou os assentamentos dos chamados *nacionais* em áreas de colonização, apesar das preocupações nacionalistas acerca da assimilação dos *alienígenas.*[1] O mapeamento das terras devolutas (para implementar a colonização) não levou em conta a presença indígena tampouco a existência de posseiros, em muitos lugares designados pelo termo *caboclo*, supondo uma população mestiça.

Os indígenas, ou bugres,[2] estavam situados na natureza a ser desbravada, conforme imagem contida no discurso oficial e na retórica dos colonos, que eram vistos pelas autoridades e por si mesmos como agentes da

civilização. A marginalização dos caboclos, ou dos *nacionais*, por sua vez, ocorreu por força dos princípios que nortearam a colonização. A baixa densidade populacional, na maior parte do Sul que, nos primórdios, motivou investimentos na imigração, e o fato de a colonização ocorrer em áreas florestais, em grande parte inexploradas, indica que esse segmento da população não era numericamente significativo, mas estava presente em algumas colônias. A exclusão dos *nacionais*, de certo modo, contribuiu para vincular a categoria colono ao *imigrante*, pressuposto que perdura até hoje na conformação (simbólica) das identidades étnicas. De fato, imigrantes e descendentes povoaram boa parte do Sul, num processo contínuo de ocupação do território através da fundação de núcleos coloniais, por iniciativa governamental (*colônias oficiais*) ou por empresas de colonização criadas para essa finalidade (*colônias particulares*) e devidamente autorizadas pelo Poder Público, conforme a legislação.

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas pelos colonos, houve desenvolvimento econômico articulado à produção agrícola e ao comércio, bem como o crescimento urbano de muitos povoados previstos no planejamento oficial. A progressiva emancipação dos núcleos, com a criação de municípios, bem como o processo de industrialização, iniciado em muitos lugares ainda no século XIX, ampliaram as possibilidades de integração na sociedade brasileira, reforçados também pela participação política, na medida em que as classes altas das colônias, formadas principalmente por comerciantes e industriais, mostraram interesse em ocupar cargos eletivos ingressando no sistema partidário nacional.

As historiografias mais laudatórias da colonização e os textos comemorativos ressaltam o início difícil nas frentes pioneiras, o sucesso econômico, e as especificidades culturais da nacionalidade predominante em cada lugar. Fica evidente a sinonímia entre colono e imigrante, apreendida genericamente por oposição aos *brasileiros*, e os qualificadores étnicos que distinguem as colônias *alemãs*, *italianas* e *polonesas*. A ideia de colônia, nesse caso, ultrapassa a definição oficial da qual o termo foi apropriado numa dimensão étnica. Imigrantes e descendentes têm em comum a participação no mesmo processo de colonização controlado e, de certa forma, dirigido pelo Estado, e a consequente adaptação a um novo meio, e a dessemelhança contida na adjetivação das colônias aponta para certas características relacionadas às sociedades nacionais que supõem uma *origem comum*. Nesse sentido, tal ideia pode ser despegada do seu espaço (inicialmente) rural e territorializada também nas cidades situadas fora dos

complexos coloniais, o que remete à inserção urbana de imigrantes,[3] e à formação de *comunidades* culturalmente configuradas em situação de contato mais permanente com os brasileiros.

Alguns autores, principalmente nacionalistas como Sílvio Romero (1906) e aqueles que formalizaram a política de nacionalização do Estado Novo, como Arthur Hehl Neiva (1945), atribuíram a distintividade cultural persistente no mundo colonial ao isolamento em relação à sociedade brasileira, considerada uma falha das políticas de colonização que facilitaram a formação de *colônias homogêneas*. No entanto, desde o estudo clássico de Thomas e Znaniecki sobre a imigração polonesa para os Estados Unidos, publicado em 1918, tem sido assinalada a formação de grupos étnicos em contextos imigratórios e as dificuldades de integração no país de acolhida, principalmente, nas duas primeiras gerações. (Thomas; Znaniecki, 1974). A própria existência das *colônias* urbanas acima referidas contesta o peso dado ao *isolamento* na configuração das etnicidades. Afinal, as identidades étnicas representam a diferença cultural, mas só têm significado social no confronto com os *outros*.

Os subsistemas culturais e as identidades criadas e recriadas ao longo do tempo, nas formas coletiva e individual, estão refletidas na denominação *nacional* dos núcleos coloniais. Essa identificação incômoda para o nacionalismo, porém, apenas remete à predominância numérica ou à anterioridade de um grupo. Por isso, existem regiões mais diretamente relacionadas à imigração alemã ou à italiana e, eventualmente, aos poloneses. Assim, as primeiras colônias do Vale do Itajaí – SC, eram, de fato, *alemãs* (caso de Blumenau fundada em 1850), mas, no período final da ocupação colonial, surgiram vários núcleos italianos, e poloneses também se fixaram em algumas Linhas coloniais ou em povoados. No entanto, o vale até hoje é identificado com a imigração alemã. Outro exemplo é a Colônia Caxias (atual Caxias do Sul), principal centro polarizador da imigração italiana no Rio Grande do Sul, fundada em 1875. Ali, os colonos oriundos do Norte da Itália eram maioria, mas a Região de Colonização Italiana (RCI) também recebeu alemães, franceses, suíços e poloneses. (Azevedo, 1982, p. 115). Ijuí, fundada em 1890 no Planalto rio-grandense, inclui-se entre as *colônias alemãs*, apesar da presença de colonos de diferentes nacionalidades. Os exemplos poderiam ser multiplicados e refletem a categoria oficial *colônia mista*, base da política imigratória republicana, porém a convivência no regime de colonização não impediu a diferenciação cultural observada nas Linhas e nos núcleos urbanos.

O uso cotidiano da língua materna talvez seja a característica mais evidente e persistente da fronteira étnica. Hábitos alimentares, formas de organização social e sociabilidade, associações recreativas e culturais, estilos arquitetônicos, modos de ocupação do espaço, entre outras, também contribuíram para a coesão grupal e elaboração das identidades étnicas. Termos como *germanidade, polonidade* e *italianidade* apareceram nos discursos de imigrantes e descendentes para assinalar uma vinculação cultural à nação de origem, elaborados de maneiras diversas.[4] Os três conceitos supõem o nexo primordial da origem comum e certa lealdade à pátria que ficou para traz, na medida em que os colonos assumiram a identidade de imigrante (ou descendente) no Brasil. O sentimento de comunidade e a consciência coletiva dele resultante, atribuídos à solidariedade decorrente do processo compartilhado de colonização, contribuíram para o aparecimento das identidades étnicas construídas em oposição aos brasileiros ou, mais precisamente, àqueles que não participaram da *epopeia* colonizadora. Daí a ênfase discursiva no pioneirismo associado à localização dos imigrantes nas fronteiras agrícolas, cuja figura de retórica mais evidenciada é a da transformação da floresta sombria e perigosa em lugar civilizado. (Seyferth, 2002b). O tema do pioneirismo veio à tona de modo mais enfático na década de 30 (séc. XX), quando lideranças teuto-brasileiras (categoria de identidade que designa os descendentes de alemães) reivindicaram, inclusive através de matérias em jornais, a criação do "Dia do Colono", claramente vinculado à colonização estrangeira. O "Dia" devia ser 25 de julho, data que remete à fundação da primeira colônia (alemã) – São Leopoldo – RS. Iniciativa dos *alemães*, o "Dia do Colono" é comemorado até hoje, numa alusão ao trabalho de *desbravamento* realizado pelos imigrantes.

No caso dos italianos e poloneses, a religião católica aparece como mais um elemento de afirmação da identidade étnica. Azevedo (1982) e Wachovicz (1981) mostraram o papel do Clero na conformação do sentimento comum, respectivamente, de italianidade e polonidade, lembrando que a fé católica, na Polônia e na Itália, tem sido associada à consciência nacional. Com os alemães também surgiu uma associação entre igreja e germanidade, particularmente no caso dos evangélicos-luteranos, mas as noções de *Volksgeist* [espírito nacional] e *Heimat* [pátria] serviram mais à elaboração de uma identidade étnica do que à religião. A suposição contida nessa forma de subjetividade diz respeito à possibilidade de construir uma nova pátria no Brasil, mantendo fidelidade à tradição cultural do país de origem e à língua materna.

Algumas teorias da etnicidade enfatizam a dimensão cultural em consonância com a identidade social, coletiva e individual.[5] As múltiplas identidades surgidas nos contextos imigratórios do Sul têm relação com a realidade cultural objetiva das colônias etnicamente definidas, inclusive entre os grupos de inserção urbana, portanto mais próximos da *sociedade nacional*. Nesse caso, estudando a colonização na perspectiva da assimilação/aculturação, olhando para as mudanças decorrentes da inserção na sociedade nacional, alguns autores se depararam com a persistência dos sistemas culturais produzidos por diferentes grupos de imigrantes. Por isso, Willems (1946) usou várias vezes a expressão "cultura teuto-brasileira", invocando sua hibridez. Azevedo (1982), interessado no fenômeno da aculturação, encontrou a *italianità* juntamente com a perenidade da "subcultura italiana". Nos dois casos, destacou-se a especificidade cultural decorrente da inserção de imigrantes através do regime de colonização (e seus desdobramentos).

Na percepção do nacionalismo, que definiu o Brasil como Estado-nação assimilacionista, sobretudo depois de 1889, as particularidades culturais trazidas pela imigração tornaram-se incômodas, verdadeiras ameaças à unidade nacional. O criticismo mais radical recaiu no uso cotidiano de idiomas estrangeiros em detrimento da língua vernácula, símbolo maior da identidade nacional. Todavia, a expressão escrita das ideologias étnicas também deu visibilidade às etnicidades, ensejando estranhamentos e, desde o início da República, houve reiterados pedidos de intervenção nacionalizadora naqueles lugares diferenciados da realidade nacional. Aronson (1976) observou que a etnicidade pode ser considerada um tipo particular de ideologia que elabora valores de dissenso. Os jornais e outras publicações periódicas destinadas aos colonos tinham caráter informativo e noticioso, mas também veiculavam princípios identitários de natureza primordialista e cultural através de matérias que muitas vezes eram marcadamente etnocêntricas.

Os primeiros jornais em língua alemã surgiram na década de 50 (séc. XIX), no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Mais tarde apareceram os anuários [Kalender], veículos que também publicavam contos, romances e poesias produzidas por autores teuto-brasileiros. Em 1939, quando sua circulação foi proibida, ainda existia mais de uma dezena de jornais e anuários empenhados na divulgação da germanidade, defendendo uma identidade teuto-brasileira e reivindicando o reconhecimento da diferença cultural e do direito de uso da língua alemã. Alguns editorialistas argumentaram que o Estado brasileiro, diante da realidade imigratória, devia aceitar a pluralidade

cultural e linguística. A imprensa teuto-brasileira certamente teve maior notoriedade, inclusive em vista da influência pangermanista e nazista sobre alguns editores que introduziram posicionamentos racistas que defendiam a endogamia. Contudo, o discurso mais persistente era o da teuto-brasilidade, considerada um modo particular de ser brasileiro sem deixar de ser alemão.

Italianos e poloneses também tiveram sua imprensa (AZEVEDO, 1982; WACHOWICZ, 1981), com propósito semelhante, ou seja, de *defesa* da particularidade (cultural e lingüística) e pertencimento nacional. No caso dos italianos, houve a influência facista desde a década de 1920 (séc. passado), insistindo numa identidade italiana num mundo colonial ainda marcado pelo regionalismo, mas unido na fé católica.

Nos três casos, verifica-se processo semelhante de *etnização* de uma ideologia nacional, tendo em vista a cidadania brasileira. Os discursos étnicos, a existência de escolas que ensinavam em língua estrangeira, ou onde o português tinha posição secundária, e toda a realidade colonial aumentaram as pressões para a nacionalização num processo forçado de assimilação.

A associação entre educação (escola), língua e consciência nacionais faz parte do ideal do Estado-nação e, nesse sentido, o nacionalismo brasileiro não divergiu dos outros na busca de uma identidade nacional coletiva, unívoca, só considerada possível inculcando sentimentos patrióticos na população em geral e evitando a formação de minorias nacionais definidas nas décadas de 30/40 do séc. XX, nos discursos mais xenófobos, pela expressão *quistos étnicos*. A pretendida assimilação dos alienígenas devia realizar-se pela imposição de uma única língua (a portuguesa) e uma única cultura de raiz luso-brasileira.

Preconizada desde o início do período republicano, a assimilação forçada veio com o Estado Novo que, em 1937, proibiu definitivamente o ensino em línguas estrangeiras e obrigou a escola de perfil étnico a adotar os currículos oficiais e despedir os professores que não fossem brasileiros natos. Muitas escolas se adaptaram, outras fecharam, mas o governo autoritário foi além na sua "campanha de nacionalização" que, em alguns lugares, assumiu o formato de uma ocupação militar. Se a interferência nas escolas podia ser considerada legítima, já que implicava a adequação às normas do Ministério da Educação e Cultura, as outras atingiram duramente a população na sua vida cotidiana. Tropas do Exército foram enviadas para algumas regiões – caso do Vale do Itajaí, por exemplo – transformando prédios das associações recreativas em quartéis. As associações culturais, esportivas e beneficentes

precisaram encerrar suas atividades. O uso público da língua materna foi proibido, causando estranhamento sobretudo nos meios rurais onde a maioria dos colonos desconhecia (ou falava mal) a língua portuguesa, ensejando denúncias e prisões temporárias para castigar a "falta de brasilidade".

A intervenção oficial nos diretórios do Partido Nacional Socialista (NSDAP), que atuavam com propaganda em cidades como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Blumenau, etc., e as denúncias subsequentes de uma *conspiração nazista* que supostamente envolvia os descendentes de alemães, coletivamente chamados de "quinta coluna",[6] transformaram a população teuto-brasileira em alvo prioritário das medidas nacionalizadoras. A presença facista na RCI também serviu para justificar o formato mais agressivo da campanha. Os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, especialmente após a entrada do Brasil no conflito, em 1942, ocasionou maior repressão, especialmente nas regiões de colonização alemã. Houve apreensão dos aparelhos (domiciliares) de rádio; livros e documentos, guardados por descendentes há duas ou três gerações, foram levados pela polícia ou queimados com medo da prisão; ocorreram prisões, especialmente de alemães naturalizados que, segundo depoimentos de parentes, iam para campos de concentração. A campanha teve prosseguimento nesse formato mais repressor até o término do Estado Novo, em 1945. Seus pressupostos assimilacionistas, porém, não arrefeceram, e até mesmo as associações recreativas tiveram que abdicar do seu perfil cultural anterior e voltaram a funcionar devidamente *nacionalizadas* (pelo menos na denominação).

Esses poucos dados oferecem a visão muito geral de uma situação de conflito envolvendo a imigração num período de crise mundial. Mencionei a campanha para fazer menção ao "silêncio" sobre ela nas décadas subsequentes e seu retorno à memória da imigração no tempo presente. A acusação de traição contida na categoria quinta coluna – cujo significado e origem são desconhecidos das pessoas comuns que vivenciaram a nacionalização – e o temor da volta à repressão incluíram a campanha entre aquelas coisas que não podem ser ditas ou reveladas. Ela não produziu a assimilação (irrestrita) pretendida por seus idealizadores[7] – militares, funcionários civis e membros do Conselho de Imigração e Colonização –, que traçaram as políticas imigratórias do Estado Novo; mas teve alguns efeitos integrativos, entre eles a ampliação do bilinguismo. Os estudos que trataram da assimilação, porém, mostraram que a integração à sociedade nacional estava ocorrendo antes mesmo de se iniciar a repressão. Na prática, a percepção mais precisa da cidadania e a integração à sociedade nacional não estorvam nem obstruem

a distinção cultural que embasa as identidades alusivas à etnicidade. Elas têm sido reelaboradas em torno de determinados temas, alguns dos quais reportados ao passado, portanto, envolvem a memória (individual e coletiva) da colonização.

Neste trabalho, abordam algumas reconfigurações atuais da identidade reportada à ideia de *colônia alemã*, usando referências empíricas relativas ao Vale do Itajaí (SC). Distinções culturais e históricas estão presentes na vida cotidiana, nas festas, nos eventos comemorativos, nas publicações mais laudatórias sobre a colonização, na atual literatura ficcional,[8] nas biografias e em outros textos que evocam a memória da imigração. Assim como os depoimentos e as lembranças, tais publicações são fontes que permitem compreender as expressões de etnicidade e identidade sem recorrer à noção de grupo (étnico).

Não pretendo esmiuçar os conceitos de memória e identidade, às vezes problemáticos e voltados às realidades subjetivas. Basta lembrar que memória e identidade estão relacionadas,[9] evocam uma perspectiva temporal; e, como observou Le Goff (1992), a memória (e, por extensão, a identidade) ora está em transbordamento, ora em retraimento; portanto, envolve lembranças e esquecimentos, é seletiva. Halbwachs (2006) discutiu exaustivamente o conceito aludindo às muitas formas assumidas pela memória histórica (que supõe a reelaboração de dados obtidos no presente e remetidos à vida social no passado), pela memória coletiva (voltada para a reconstrução do passado), e pela memória individual (as lembranças agrupadas em torno de uma pessoa que as vê do seu ponto de vista, formando imagens parciais da sociedade). As duas últimas se interpenetram com freqüência pois às vezes a memória individual pode se apoiar na memória coletiva e se confundir com ela; portanto, o indivíduo participa de duas formas de memória, que se alternam conforme os propósitos visados. A memória é uma contínua reconstrução/recordação mas, segundo Halbwachs, para concebê-la, é preciso referenciá-la aos contextos sociais reais que evoca.[10]

A noção de identidade tem um longo percurso no campo das ciências sociais e da psicologia e aqui interessa registrar sua conjunção com etnicidade. Weber (1991) foi um dos primeiros cientistas sociais a agregar a consciência étnica à experiência da migração, assinalando seu sentido de pertencimento a uma comunidade ou coletividade, sem naturalizar a simbólica diferença. Isso remete à discussão posterior sobre identidade étnica, tratada como uma construção social que produz efeitos na vida de indivíduos e coletividades. Há várias maneiras de pensar a etnicidade – inclusive

analiticamente – mas julgo mais útil (para a finalidade aqui proposta) reter apenas uma das suas múltiplas facetas: aquela que diz respeito às formas de representação e ação que dão suporte à identidade étnica através da percepção da distintividade cultural.[11] Essa identidade é coletiva, supondo o reconhecimento da pertença a um grupo ou coletividade, e individual, porque significa a pessoa na sociedade. A identidade, assim como a memória, não pode ser inteiramente desapegada da realidade objetiva que lhe serve de base. Daí a necessária referência inicial à formação das etnicidades no contexto da colonização.

O estigma da *quinta coluna* e de outras categorias usadas para desqualificar os descendentes de alemães, durante o Estado Novo – entre elas *boche* e *alemão-batata* –, persistiu por algum tempo, mas não obscureceu as comemorações dos centenários de fundação das três mais importantes colônias de Santa Catarina (Blumenau, Joinville e Brusque) ocorridos entre 1950 e 1960, cujas festas ressaltaram a contribuição econômica e política dos imigrantes à *nova pátria*, algumas peculiaridades da cultura local, e homenagearam os "pioneiros". Seguindo a tendência global de revivescimento étnico em bases culturais (e simbólicas), a partir da década de 1970 a identidade compartilhada pelos descendentes de alemães vem sendo reforçada na sua univocidade e individualidade nas efemérides e festas de apelo turístico, nas grandes reuniões familiares, nos eventos folclóricos, nos museus da colonização, nas publicações (ficcionais ou não) e na própria elaboração discursiva de indivíduos comuns.

Existem, pois, diferentes maneiras de elaborar a identidade de descendentes de alemães apelando, por um lado, à memória da imigração e colonização e, por outro, destacando positivamente uma "herança cultural" compartilhada. A ideia de cultura teuto-brasileira na contextualização das classes mais abonadas, ou simplesmente *alemã* (no Brasil) para o senso comum, inclui alguns elementos substantivos de diferenciação: comida, conhecimento da língua alemã (ou de seus dialetos), ancestralidade, costumes e hábitos associados à religião, sociabilidade, tradições familiares, etc.

Mas o apelo do passado (da colonização), envolvendo o recurso da memória (individual, familiar, coletiva), tem maior peso quando se trata de reelaborar uma identidade forjada no conflito com o nacionalismo brasileiro e por ele considerada espúria. Alguns romances de autores teuto-brasileiros escritos nas últimas três décadas, são bons exemplos dessa rememoração que, para os leitores *de origem*,[12] ajuda a compor o pertencimento comunitário.

Os romances e contos cujo pano de fundo é o passado colonial representam a diferença cultural a partir de escolhas diversas. Contudo, costumam destacar o perfil do colono pioneiro, desbravador, e o trabalho árduo exigido pelo estabelecimento num núcleo colonial. O exemplo mais significativo (e também mais próximo de uma visão crítica significativa e não laudatória da colonização do Vale do Itajaí) é o romance de Adolfo Boos Júnior, intitulado *Quadrilátero: livro um: Matheus.*[13] A qualidade literária da obra não está em pauta; interessa a forma como estão combinadas as diversas memórias do romancista, ator social descendente de uma família de *pioneiros alemães*. A representação da história aparece em textos intercalados (quase aleatoriamente) na narrativa (envolvendo quatro personagens principais), que reproduzem o jargão e o modelo informativo de um relatório de diretor de colônia. Tais textos reforçam, pela aparência *oficial*, as aflições, os desgostos, os fantasmas ocultos na floresta, enfim, as muitas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na situação colonial (durante a fase pioneira). Assim, na forma de relatório, que mostra algum conhecimento do autor sobre esse tipo de documento (e que poderia aproximar-se de uma "memória histórica"), são destacados: o "estado melindroso" da colônia, a falta de caminhos que dificulta o acesso aos lotes demarcados para cada família, a onipresença indígena assumida como ameaça permanente, o "mau humor" dos colonos em vista da miséria e do desconforto, as altas taxas de mortalidade, sobretudo infantil e feminina, os problemas de abastecimento, etc. Eventualmente, esses e outros *problemas* aparecem nas trajetórias e falas dos personagens, com ênfase quase obsessiva na presença indígena e nos animais selvagens, verdadeiros fantasmas da natureza indômita assombrando os colonos.

O romance é sombrio; não faz concessões ao lado mais otimista de olhar para a colonização como um processo civilizatório e que ressalta os valores relacionados à herança cultural germânica e ao lar (na sua vinculação com a ideia de pátria). Salienta pontos muitas vezes ocultados ou minimizados na historiografia, como a fuga da colônia empreendida pelo personagem principal e a dificuldade dos colonos de obterem apoio na elite de origem germânica que detém o monopólio do comércio e navegação, estabelecida na capital e nos povoados em formação.[14]

No entanto, a representação ficcional mais melancólica da situação pioneira, tal como aparece na obra de Boos Júnior, tem ressonância entre as pessoas comuns, descendentes de colonos, cujas falas de natureza mnemônica (numa externalização familiar, portanto, coletiva, da memória) apontam às

mesmas questões, mas com a aura da superação – a *luta*, ou *epopeia* pioneira sucedida pela civilização. A palavra *civilização* nem sempre é usada, mas as ideias de progresso e de subjugação do mundo natural (onde estão incluídos os índios e as feras) são comuns na rememoração do passado.

Outros autores falam, sobretudo, da herança cultural germânica cultivada em terras brasileiras, destacando o valor dos primeiros imigrantes, bem-sucedidos após os percalços e o trabalho duro, e as alegrias cotidianas na vivência de uma situação de frente pioneira. É o caso do "romance histórico" (conforme classificação da própria autora), de Christina Baumgarten, significativamente intitulado *A geografia da esperança: um romance dos pioneiros de Blumenau*[15] Narra a trajetória da primeira leva de 17 imigrantes que, sob a liderança de Hermann Blumenau, fundaram a primeira "colônia alemã" no Vale do Itajaí, em 1850. O tom otimista e o próprio conteúdo da narrativa estão no parágrafo final, antecedido pela transcrição de uma poesia – *Mein Vaterhaus* [Minha casa paterna]:

> Eles (os pioneiros) eram os símbolos daquela comunidade, o verdadeiro espírito de Blumenau, que sabia vencer tantas dificuldades e encontrar alegria nas pequenas conquistas do dia-a-dia. Eles eram a verdadeira semente, transplantada das terras germânicas, que brotara e frutificara, com força e graça ímpares, naquele amado solo brasileiro. (BAUMGARTEN, 2002, p. 251).

A poesia é de Rudolf Damm, autor teuto-brasileiro que escrevia em língua alemã no período anterior à proibição do uso de idiomas estrangeiros pelo Estado Novo, portanto, vem de um momento particularmente fértil em discursos e escritos reportados a uma identidade teuto-brasileira. Nela, a casa paterna está numa nova terra, no lote adquirido para a produção agrícola, numa paisagem ao mesmo tempo natural e cultural, onde aparece o resultado do trabalho incansável e dedicado do colono (na roça, nos pastos, na floresta), ressaltando o desbravamento da natureza que dá lugar à cultura. Assim, na cena final do romance, o personagem que declama os versos de Damm está prestando uma homenagem à dedicação e ao sacrifício dos integrantes da primeira leva de imigrantes. Além disso, se percebe a centralidade da imagem de um novo lar sendo construído num novo solo, sem perder de vista o país de origem (no caso, a Alemanha), mas onde a colônia (e, por extensão, o Brasil que acolheu os imigrantes) também é definida como um lugar bom para viver, um lugar de abundância obtida

pelo trabalho. Há uma certa percepção (nesse caso não etnocêntrica) de um *ethos* de trabalho associado à imigração. O livro de Baumgarten joga para a ficção (*histórica*) alguns indivíduos (e suas famílias) que tiveram papel proeminente no contexto social da colônia, inclusive seu fundador. São trajetórias de imigrantes bem-sucedidos que repercutem nas representações dos leitores sobre o passado, afirmando a positividade da categoria "colono alemão".

Rui Nedel é outro autor voltado ao passado familiar da imigração. Seu romance *Te arranca alemão-batata*, publicado em Porto Alegre, em 1986, se refere à vida dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Divide-se em duas partes: *O alemão destroçado* – cuja ação se passa nos primórdios da colônia de São Leopoldo, fundada em 1824; e *O pioneiro*, que expõe a vida numa colônia rio-grandense do início do século XX, formada, principalmente, por descendentes egressos de outras regiões coloniais. Na primeira parte, são assinaladas as agruras da travessia do Atlântico, e, nas duas, aparecem as dificuldades da vida colonial, numa narrativa cujos atores principais são apresentados com suas fraquezas e vícios e, pelo menos num caso, fica exposta a inadequação de certos indivíduos ao trabalho colonial. Se, por um lado, aparecem colonos nada convencionais, por outro, a representação sobre a ação pioneira não diverge de certos discursos mais laudatórios, exceto pela construção moral dos personagens principais.

O texto de Nedel, porém, difere dos outros dois num ponto essencial: aborda a relação com os *brasileiros*, denominados caboclos, e os estereótipos da preguiça, inferioridade social e eventualmente racial a eles atribuídos pelo senso comum. Nesse caso, o caboclo é o *outro* da relação interétnica, um exemplo a ser evitado, e ao qual se opõe uma identidade de pioneiros portadores de outra cultura.[16] No entanto, a mesma construção identitária aparece, sem referências diretas à sociedade brasileira, no livro de Christina Baumgarten e num outro, de Urda A. Klueger, intitulado *Verde vale*,[17] que narra mais uma saga familiar na colônia Blumenau.

A paisagem contida na capa do livro de Klueger expõe parte do conteúdo cultural da identidade do colono alemão: em meio a uma área verdejante, destaca-se a casa de tipo enxaimel; próxima dela, em um riacho, pasta uma vaca; ao fundo, um conjunto (fechado) de árvores sugere o início da mata. A casa (hoje rara), num contexto bucólico, representa o cunho germânico. A originalidade dos estabelecimentos teuto-brasileiros tem sido assinalada por alguns geógrafos que estudaram a ocupação da propriedade colonial e seus aspectos funcionais. Roche (1969, p. 198), por exemplo, mostra como

os colonos alemães construíram um *habitat* rural próprio, no qual a casa é um dos elementos culturais distintivos. Nesse caso, diz Roche, a fase do enxaimel corresponde a um certo grau de prosperidade dos imigrantes e do próprio núcleo colonial. Há dúvidas sobre a especificidade germânica desse tipo de construção (Willems, 1946), mas a presunção de autenticidade prevalece nas representações que transformaram aquele estilo arquitetônico em símbolo da germanidade. A importância simbólica desse elemento de distinção pode ser observada hoje, nos discursos, críticos ou não, sobre os prédios públicos que imitam o modelo enxaimel. Conforme alguns depoimentos, "os turistas adoram, mas a gente sabe que é falso"; ao mesmo tempo, outros, sem a preocupação com a autenticidade, afirmam que tal imitação, afinal, representa um aspecto cultural trazido pelos povoadores alemães. Os movimentos de preservação do patrimônio histórico das áreas coloniais incentivam a recuperação das casas remanescentes, algumas transformadas em museus. No Museu da Imigração e Colonização, localizado na cidade de Joinville – SC, e no Parque Aldeia do Imigrante, pertencente ao Museu Histórico Municipal de Nova Petrópolis (RS), por exemplo, foram remontadas casas de enxaimel trazidas de áreas rurais. Essas construções também são comuns em cartões-postais destinados aos turistas. Enfim, na rememoração do passado contida na ficção não podia faltar a residência *típica* associada à colonização alemã.[18]

No livro de Klueger, a narrativa é otimista, uma história com um fim feliz, que enfatiza a prosperidade da colônia junto com o sucesso do personagem pioneiro que vence as adversidades com muito trabalho. Conta uma *saga*, uma história heroica sobre pessoas comuns que enfrentaram o desafio de dominar a natureza selvagem, a floresta, seus índios e feras, o desconforto do trabalho árduo e da saudade da pátria distante. Os temas que afluem no texto são os mesmos que aparecem em outros romances do mesmo estilo, entre eles a travessia penosa, a viagem de barco até a colônia (um modo de apontar à ausência de estradas), os meses de espera nos barracões até o recebimento do lote adquirido, sua localização em meio à floresta, a dedicação familiar ao trabalho superando as adversidades do novo ambiente. De certo modo, os *pioneiros* de Klueger "fizeram a América" (uma figura de retórica mais geral e relacionada ao sucesso da imigração) em Blumenau. A vida comunitária, inclusive a ajuda mútua, também é tema do romance. Com certa frequência, traz à baila a importância da religião no cotidiano familiar, destacando a oração de agradecimento a Deus pelo bem-estar alcançado (sempre antes das refeições), e a sociabilidade

dominical proporcionada pelos ofícios religiosos, mas igualmente pelas associações recreativas e culturais, especialmente a Schützenverein (Sociedade de Atiradores, uma instituição cara ao nacionalismo alemão), e pela confraternização cervejeira nas casas comerciais. O tom mais otimista, que se expressa também por certa moralidade, pode ser observado nesta passagem:

> Assim vivia a colônia: pacata, ordeira, constituída de homens com os mesmos ideais, os mesmos valores e os mesmos sonhos, gente que trabalhava com afinco e prazer para atingir uma meta de bem-aventurança que lhes asseguraria uma velhice tranqüila. O futuro era uma promessa ao alcance da mão. (KLUEGER, 2002, p. 76).

Aí estão impressos os valores morais e a ideia da capacidade de trabalho dos pioneiros que não devem ser esquecidos. Outros elementos de distinção cultural aparecem no texto, entre eles a inserção de palavras e frases curtas em alemão nas falas dos personagens, e características associadas às comemorações natalinas (inclusive a árvore e o *Weihnachtsmann* – [o Papai Noel]). No entanto, prevalece a ideia de uma ordem moral e um *ethos* do trabalho próprios do colono.

A representação sobre a vida cotidiana nos primórdios de Blumenau domina a história e, nesse contexto, entram em cena as cheias do rio Itajaí-açu, um fenômeno periódico, muitas vezes catastrófico, cujo enfrentamento supõe reconstrução. As grandes enchentes e suas consequências, sempre superadas, desde o século XIX atualizam a simbólica luta contra a natureza empreendida pelos pioneiros, que também passaram pelo dissabor de ver casas e plantações destruídas pela fúria das águas.

A imagem ao mesmo tempo negativa (catástrofe, morte, prejuízo) e positiva (o sentido moral da cooperação comunitária e da própria noção de reconstrução) das enchentes permite um gancho com a *Oktoberfest* – a concepção turística de uma etnicidade que privilegiou hábitos alimentares e uma certa sociabilidade festeira associada à tradição (alemã) local. A primeira *Oktoberfest* ocorreu em 1984, logo após duas das maiores enchentes do rio Itajaí-açu. Apesar da evidente motivação turística, representações de senso comum costumam associar a festa à comemoração de mais uma luta bem-sucedida de reconstrução da cidade. Ambas – a catástrofe natural e a festa – estão entre os 45 itens ressaltados no folheto *Blumenau 150 anos: você faz parte desta história*, divulgado em 2000, portanto, num momento de

exuberância mnemônica marcado por festejos, desfiles e publicações relacionados à história local.

O item 39 do folheto, intitulado "O rio Itajaí-açu – catástrofe e solidariedade", informa que o rio que encantou os imigrantes e foi o fundador da colônia tem seu lado traiçoeiro, e a elevação do seu nível dezenas de vezes trouxe destruição, mortes e prejuízos.

> "Em 1983 e 1984 os prejuízos foram incalculáveis, mas a perseverança do seu povo fez Blumenau renascer da lama. Uma nova Blumenau nasceu da solidariedade e do esforço da sua brava gente, para recuperar a cidade."

> E, segue no item 40 ("Nasce a *Oktoberfest*"): "Do desespero e lágrimas, a cidade parou para a alegria. Em 1984, uma festa repercutiu nacionalmente. Nascia a *Oktoberfest*."

No folheto é dito que o objetivo era criar uma nova opção de lazer e reativar o turismo, mas, ao mesmo tempo, destaca a atuação das bandas de música, dos grupos folclóricos e outros itens que apelam à origem alemã da festa. Não interessam as motivações da criação do *Oktoberfest*[19] e os lucros trazidos por seu sucesso. Ela tem sido objeto de dissenso porque associa os descendentes de alemães à "cultura do chope", coisa censurada por algumas pessoas preocupadas com o uso do consumo de cerveja como marca identitária. No entanto, entre os itens buscados pela memória no passado local, as pequenas fábricas artesanais de cerveja, que proliferaram até meados do século XX, são consideradas algo próprio da etnia. E, seguindo uma tendência mais geral, inclusive nas grandes metrópoles, reaparece a fabricação artesanal com o mesmo sentido de pertencimento. Deve ser lembrado que certas qualificações de natureza étnica são impostas de fora, pelos *outros*, no contexto das relações interétnicas e, nesse caso, hábitos alimentares servem para diferenciar. A figura simbólica da *Oktoberfest* – o casal vestido com roupas bávaras que circula durante os festejos – e todo o conjunto de danças e brincadeiras articuladas ao consumo de cerveja, contribuem para criar uma imagem de gente divertida, conforme disse um *nativo*, e que faz parte do passado, quando havia um grande número de associações esportivas, salões de baile e sociedades de cantores espalhados pelos povoados e pelas Linhas coloniais.

O passado, portanto, legitima o presente, e não faltam depoimentos de pessoas mais idosas que vivenciaram e rememoram esse passado criticando a campanha de nacionalização do Estado Novo e seu efeito sobre a sociabilidade *tradicional*. Grupos folclóricos, de dança e canto, e a própria *Oktoberfest* seriam, assim, imaginadas formas de trazer de volta, sem o brilho do cotidiano, uma tradição *alemã*, após o recesso e o silêncio decorrentes da repressão assimilacionista. Não devemos subestimar o papel das festas de apelo turístico no que diz respeito à identidade coletiva, mesmo considerando sua periodicidade anual. A *Oktoberfest* e suas similares pulularam no Sul do País, nas duas últimas décadas e, para todos os efeitos, dizem alguma coisa sobre a tradição (reinventada) construída pelos imigrantes e seus descendentes.

O folheto não difere muito do senso comum e da literatura ficcional. Entre outras coisas, ali estão mencionados os pioneiros (homenageados através dos 17 imigrantes da primeira leva), as sociedades recreativas, em especial a dos Atiradores, mas também as demais – trazidas "na bagagem cultural" dos imigrantes – que surgiram ainda na década de 50 (séc. XIX), os costumes, com destaque para a relevância da festa de casamento (no passado), as lideranças coloniais, com ênfase na figura do naturalista Fritz Müller, além de todos os indicadores do progresso agrícola e depois industrial, e do desenvolvimento urbano (da vila e depois cidade) de Blumenau. O primeiro item do folheto menciona a presença indígena anterior ao povoamento, destacando a característica do nomadismo *Xokleng*; dois outros itens acentuam a importância da religião (evangélica-luterana e católica), e há também uma referência à chegada dos italianos, a partir de 1875, "responsáveis pela formação de um grande contingente de católicos" na região. Temos *aí* uma concessão ao pluralismo, já que o Vale do Itajaí recebeu imigrantes de outras nacionalidades, e os índios deixam de ser uma ameaça da natureza (ressaltada nas memórias) e passam à condição de primeiros habitantes da região. Nos romances e em outros relatos reportados à colonização há menção eventual a imigrantes de outras nacionalidades (que *chegaram depois*) e brasileiros, mas sua presença é muito secundária quando o assunto prioritário é a fase pioneira. O *colono de outra origem* (italiano, por exemplo), embora considerado um igual, é sempre aquele que chegou depois. A colonização compartilhada e a continuidade do povoamento, mesmo num lugar com maioria de *alemães*, deu ensejo a exercícios de memória e à formação de identidades semelhantes por parte de outros grupos imigrados.

Os museus, os grupos folclóricos e outras instituições voltadas às tradições culturais e à história são igualmente importantes na conformação de uma memória coletiva da colonização. Há, portanto, o pressuposto de uma tradição teuto-brasileira e não simplesmente germânica, que passa pela inserção dos imigrantes no país de acolhida. Os grupos folclóricos (e são muitos, que se reúnem periodicamente em congressos) são dedicados à dança e à música, tomando, às vezes, cuidados obsessivos com o vestuário e a *performance,* assinalando uma busca das raízes culturais inclusive na Alemanha. Os museus, por sua vez, contam o passado colonial através de dois eixos principais: um deles aponta às trajetórias bem-sucedidas das lideranças comunitárias, pessoas que se destacaram na administração colonial, na vida política após a emancipação municipal, nas associações, nas escolas, na imprensa em língua alemã, nas atividades econômicas (industriais e comerciantes abonados); o outro focaliza o colono comum, anônimo, aquele da casa em enxaimel mobiliada com móveis rústicos. De certo modo, todos recebem a aura de *colonos pioneiros*, mesmo aqueles que não passaram pela condição de cultivador de um *lote colonial*. No segundo caso, prevalecem os móveis rústicos, os panos bordados com dizeres em alemão relativos à religião, à moral ou ao trabalho, os instrumentos usados pelo agricultor, etc. De certo modo, revelam a estrutura do núcleo colonial formada pelo povoado (que cresce até se tornar cidade e sede municipal) e pelas Linhas (e seus lotes coloniais) que cortam a paisagem rural. Alguns museus expõem antigos teares e outras máquinas e instrumentos alusivos ao início da industrialização e, nesse caso, a memória reporta-se ao desenvolvimento econômico que reforça a ideia de progresso.

Outro espaço de rememoração são as grandes reuniões familiares, algumas juntando descendentes de famílias que vivem na Argentina e no Brasil. Os encontros têm ampla divulgação através de programas de rádio (que abrangem cerca de 20 emissoras nos estados do Sul e São Paulo), e da internet, pelo portal www.brasilalemanha.com.br, considerado "o portal oficial da imigração alemã no Brasil". Gallero (2005) fez um estudo sobre a *Vogelfest*, [festa da família Vogel] que celebra a identidade alemã-brasileira de um grupo que deixou o Brasil para se fixar na região argentina do Alto Paraná Misionero, mantendo contato com os que ficaram no Rio Grande do Sul. Isso mostra a perenidade da identidade que tem por base um ideal de cultura compartilhada e o papel da família na sua manutenção. O parentesco é importante, mas os elementos destacados para diferenciar são muito semelhantes ao discurso sobre o trabalho eficiente, a fé religiosa (que

aparece mais nitidamente no romance de Klueger), os hábitos alimentares, a sociabilidade, etc., acionados para marcar a identidade cultural dos descendentes de alemães no Brasil. As festas familiares evocam as raízes germânicas e, como observou Epstein (1978), é preciso levar em conta a importância da cultura íntima, ou familiar, na transmissão da identidade étnica.

Os *costumes* e *hábitos* (associados a práticas tradicionais), por sua vez, são valorizados porque podem ser mais facilmente associados às tradições familiares e de vizinhança. A própria manutenção ou não da língua materna é atribuída ao empenho familiar em preservá-la. A questão da língua é frequentemente acionada, pois hoje ainda tem uma parcela significativa de indivíduos e famílias que se comunicam por algum dialeto ou, mais precisamente, conhecem o "linguajar teuto-brasileiro", conforme definição de Willems (1946), que chamou a atenção para as influências mesológicas e da língua portuguesa no alemão falado pelos descendentes de imigrantes. A diminuição do número de falantes é explicada, ou melhor, justificada pelos atores sociais pela proibição do uso a partir de 1939, maneira de fazer menção à repressão sofrida durante o Estado Novo, criticando a campanha de nacionalização, hoje bastante discutida e rememorada. A dinâmica da diferença não precisa do conhecimento perfeito: para marcar a identidade serve o uso aleatório de algumas palavras ou expressões em alemão, associadas ao português.

A mesma coisa ocorre com a *culinária étnica*. Na prática, a colonização criou hábitos alimentares próprios, que juntaram alguma tradição alemã à produção colonial. Não existe fidelidade à *cozinha alemã* no cotidiano familiar. Ela está presente nas festas turísticas, nas reuniões comemorativas, nos restaurantes (sobretudo os que funcionam nos espaços das sociedades recreativas), e no universo dos estereótipos que associam os descendentes ao consumo de *Sauerkraut* [repolho fermentado], salsicha e outros embutidos, *Strudel* [inclusive de banana], *Kuchen* [cuca], cerveja e batata. Dessa estereotipia derivam categorias pejorativas bastante acionadas durante a campanha de nacionalização, segundo depoimentos, tais como *chucrute* e *alemão batata*, atualmente empregadas de forma jocosa e, às vezes, como insulto. Comida, porém, é um elemento relevante na configuração de identidades étnicas, regionais e nacionais, fato que explica a invenção do *café colonial*, que apresenta itens de uma culinária híbrida, característica das áreas de colonização. Aliás, a abundância é a principal prerrogativa do *café colonial*, pois remete simbolicamente à suposta autossuficiência do colono.

Nas grandes festas de apelo turístico, porém, a cerveja, junto com o chucrute e a salsicha, é o componente obrigatório da categoria de identificação, apesar do aparente incômodo que causa ao conjunto dos parâmetros que configuram a identidade cultural vinculada à experiência de colonização. Incômodo aparente porque não faltam coleções de canecas de cerveja expostas em casas de família, em bares, restaurantes e clubes, contendo inscrições de tipo proverbial relacionadas à bebida – *Trinksprüche* [ou brindes], como preferem os colecionadores. Muitos canecos são encomendados para lembrar efemérides ou datas familiares importantes, fato que chama a atenção para o apelo étnico da cerveja mesmo na sua forma trocista ou depreciativa.

Existem outras particularidades culturais acionadas na simbologia de uma pressuposta germanidade, as quais persistiram ao longo do tempo, tais como: festejos religiosos (Natal e Páscoa) e seu caráter também divertido, a noção de Heim [lar] ligada à moradia confortável, com a presença de jardim, a sociabilidade exercida nos clubes mais tradicionais que sobreviveram à nacionalização, etc. Contudo, o fator mais consistente e carregado de símbolos na configuração de uma identidade coletiva está no passado: a experiência da imigração e seu corolário, a colonização. As categorias *colono* e *colônia* são indicadoras da ruralidade e servem para opor camponeses e citadinos. Qualificando o "pioneiro" é apropriada com um significado mais geral que remete à imigração. Não se confunde com a identidade étnica, mas é um dos seus componentes.

As edições comemorativas, os romances e contos, a publicação de cartas e manuscritos biográficos até então guardados em arquivos ou por familiares,[20] a própria reavaliação dos períodos de crise como foi a campanha de nacionalização e, ainda, a idealização da sociabilidade, passada através de festas, grupos folclóricos e reuniões de família, proporcionaram a simbologia necessária à reconstrução da identidade cultural que tem igualmente fortes indicadores na vida cotidiana. O uso da *língua materna* (ou *linguajar teuto-brasileiro* conforme Willems) por uma parcela ainda significativa dos descendentes, os hábitos alimentares formados no contexto da colonização, os elementos distintivos que cabem no rótulo *usos e costumes*, agregados aos discursos sobre a persistência atual das *tradições germânicas*, a paisagem cultural (urbana e rural), ou o *habitat*, definida pelos geógrafos, constituem a base empírica sobre a qual transita a noção de identidade *alemã* para o senso comum dos descendentes, ou dos teuto-brasileiros.

A história da colonização, a constituição de uma germanidade brasileira (ou *Deutschbrasilianertum*, termo usado antes de 1939, numa variação da palavra *Deutschtum*) e as *lembranças* transmitidas de geração a geração, servem de base à memória coletiva e à individual na construção simbólica do passado, legitimando a identidade compartilhada por aqueles que podem traçar sua genealogia até algum imigrante. Nas representações, a noção de *pioneiro* não é redutível apenas às listas de imigrantes das primeiras levas; ela abarca a imigração em geral. Nesse sentido, é uma categoria genérica, apropriada por todas as classes sociais, sobretudo em tempos festivos, e que qualifica a outra categoria – colono! A nacionalidade dos antepassados, evidenciada na expressão de *origem*, que remete à forma primordialista e etnocêntrica da concepção de identidade, tem importância como um qualificador étnico; a experiência compartilhada na situação colonial, porém, se sobrepõe à ascendência sinalizando a ideia de cultura comum, mais apropriada ao reconhecimento da diferença. Junto com a questão da ascendência, é essa ideia que permite distinguir a identidade *alemã* das suas congêneres – a *italiana* e a *polonesa* (e, eventualmente, de outras menos visíveis). Elas têm em comum o mesmo fundamento empírico, a história da colonização europeia no Sul do Brasil, mas se distinguem pelas tradições culturais reportadas ao país de origem. Essa é a lógica dos discursos nativos, mas para a população teuto-brasileira há um adendo fundamental: os imigrantes alemães chegaram primeiro, pelo menos 50 anos antes dos italianos. Na rememoração do passado, o pioneiro alemão é o mais legítimo dos colonos, coisa refletida na data comemorativa que celebra a imigração, 25 de julho de 1824. De certo modo isso mostra o papel da história e da memória na formação de identidades étnicas, dando significado à consciência de pertencimento a uma coletividade culturalmente associada à experiência da imigração.

# Notas

[1] Vozes inteiramente contrárias à presença de imigrantes eram raras, mas, no período da "grande imigração" (que abrange as três décadas depois da Abolição da Escravatura em 1888), a preocupação maior era com o "abrasileiramento", discutido, inclusive, em termos raciais pressupondo o branqueamento da população brasileira. O modelo de colonização em curso no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná era considerado um risco à unidade nacional, coisa verificada, por exemplo, no escrito panfletário de Silvio Romero (1906) contra a imigração alemã, pelo favorecimento de colônias homogêneas. Sobre a política de imigração e colonização, ver Seyferth (2002a).

[2] O termo *bugre* designa o índio bravio, uma categoria que, até hoje, é desqualificada socialmente através do estigma de selvageria.

[3] Desde 1824 o Estado brasileiro privilegiou a imigração para fins de colonização, e os subsídios destinavam-se às famílias dirigidas às linhas coloniais. Mesmo assim, muitos preferiram ficar nas cidades, diretamente ou passando primeiro pela condição de colonos. Nesse caso, formaram "colônias" visíveis, inclusive pela concentração em determinados bairros, em cidades como Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, etc. (Seyferth, 1990).

[4] Há vários estudos sobre essas manifestações de etnicidade no Sul do Brasil. Sobre a *germanidade*, Willems (1946), Roche (1969) e Seyferth (1999a), entre outros; Azevedo (1982) e Zanini (2006) trataram da italianidade no Rio Grande do Sul; Wachowicz (1981) abordou a polonidade entre camponeses poloneses no Paraná.

[5] Cardoso de Oliveira (2006, p. 18) observou que "as questões identitária e cultural andam geralmente juntas", sem estabelecer entre elas um nexo causal. A importância da diferença cultural na configuração da etnicidade é apontada por Jenkins (1997).

[6] O livro de Py (1942), chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, é um bom exemplo do tipo de denúncia envolvendo a atuação nazista no país. Na verdade, é uma coletânea de transcrição de documentos apreendidos que comprovam os interesses nazistas, supondo uma adesão da população descendente de imigrantes, incluída na categoria *quinta coluna* e por isso considerada subversiva e potencialmente aliada de um país inimigo.

[7] O conceito de assimilação, nesse caso, envolve um componente racial – a miscigenação – e outro de natureza social – a nacionalização. Nada tem a ver com a noção sociológica de assimilação adotada por Willems (1946), por exemplo, que especifica um processo recíproco, embora desigual para os imigrantes, de trocas de valores e atitudes que supõe mudança cultural. É preciso lembrar que os ideais de "branqueamento" da população brasileira ainda eram explicitamente expressados por idealizadores da campanha de nacionalização. (Seyferth, 1999b).

[8] Antes de 1939, um número significativo de escritores teuto-brasileiros produziu contos, poesias, novelas e romances em língua alemã, destacando a realidade

colonial, a relação com os brasileiros e a dupla identidade relacionada à cultura alemã e à vida no Brasil. Esse tipo de publicação foi proibido durante o Estado Novo. Hoje, muitos autores, descendentes de imigrantes, têm publicado (em língua portuguesa) contos, romances e histórias familiares romanceadas, cuja ação se passa nos tempos *pioneiros*, o que contribui para definir a identidade vinculada à imigração alemã.

[9] A memória tem papel fundamental na elaboração das identidades, e essas têm repercussão nos padrões concretos de ação e relação, sem recorrer necessariamente à noção de grupo (étnico). Sobre a relação entre memória e identidade, ver Le Goff (1992) e Pollak (1992).

[10] Essa é uma questão importante destacada pelo autor, que considera impossível tratar da memória sem levar em conta seus quadros sociais. Ver Halbwachs (2006) e o prefácio de Jean Duvignaud.

[11] Sobre a discussão conceitual da etnicidade e identidade e suas limitações, ver Cohen (1994), a coletânea organizada por Hutchinson e Smith (1996) e Jenkins (1997).

[12] Expressão que, em geral, qualifica os descendentes de imigrantes europeus no Sul do Brasil, distinguindo-os dos brasileiros. Nesse caso, o referencial é a "origem alemã", algo que se reporta à ideia de "sangue comum". É o mais puro dos primordialismos étnicos porque evoca ancestralidade ou até pertencimento racial.

[13] Publicado em 1986, obteve o 3º lugar no Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. Boos Júnior descende de uma familia que se fixou no Vale do Itajaí-Mirim, no início da década de 60, do séc. XIX.

[14] De fato, os problemas enfrentados pelos personagens podem ser visualizados na documentação dos administradores coloniais. A referência à "fuga" tem sentido porque um imigrante só podia deixar a colônia com autorização oficial e após quitar a dívida contraída com a compra do lote. Sair sem autorização era considerado fuga (de um estrangeiro sob tutela do Estado). Além disso, no vale do Itajaí-Mirim ocorreram movimentos sociais relacionados às condições precárias de localização. Sobre essas questões, ver Seyferth (1999c).

[15] Publicado em 2002, em Blumenau, portanto, apenas dois anos depois das festividades do sesquicentenário da fundação da colônia, num momento de transbordamento de memória.

[16] A segunda parte do livro expõe a relação problemática do "alemão batata" (que, apesar do tom jocoso é uma categoria pejorativa) com o caboclo, mas ao mesmo tempo faz a defesa desse brasileiro estigmatizado através de um dos personagens de origem alemã que atribui ao descaso governamental a situação de penúria dos caboclos e a situação precária dos assentamentos coloniais.

[17] A primeira edição do livro é de 1979. Klueger é autora de vários romances, alguns deles "históricos" (conforme definição local), e crônicas memorialistas sobre o Vale do Itajaí. Pertence à Academia Catarinense de Letras.

[18] As construções no estilo enxaimel (FACHWERK) foram comuns até meados do século XX. As paredes são formadas por armações de madeira preenchidas por tijolos, sem reboco, e possuem uma

divisão interna peculiar, própria da vida camponesa num lote colonial plenamente produtivo. Mas outras construções de inspiração europeia predominaram nas cidades e povoações; por outro lado, no meio rural, as casas de madeira são usuais desde os tempos pioneiros.

[19] A iniciativa partiu do Poder Público (Prefeitura), políticos e empresários que pretendiam incrementar o turismo atraindo consumidores de produtos das indústrias locais. As grandes enchentes de 1983/1984 ensejaram outro olhar para o evento. À inspiração bávara acrescentou-se a tradição advinda da imigração e colonização.

[20] O sesquicentenário da imigração alemã no Sul, comemorado em 1974, talvez o afastamento temporal em relação à nacionalização do Estado Novo e o maior interesse nos estudos migratórios ensejaram a publicação de textos escritos por *pioneiros*, por iniciativa de pesquisadores e, principalmente, dos familiares. Podem ser considerados textos de memória, geralmente escritos na velhice para legar aos descendentes um depoimento sobre as razões da emigração e a vivência, ao mesmo tempo difícil e feliz, num núcleo colonial.

# Referências


ARONSON, D. R. Ethnicity as a cultural system: an introductory essay. In: HENRY, F. (Ed.) *Ethnicity in the Americas*. Paris: Mouton, 1976, p. 9-19.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos:* os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília: INL, 1982.

BOOS JUNIOR, Adolfo. *Quadrilátero*: *livro um:* Matheus. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

BAUMGARTEN, Christina. *A geografia da esperança:* um romance dos pioneiros de Blumenau. Blumenau: HB, Cultura em Movimento, 2002.

CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia/ Cadeira de Geografia do Brasil, Publ. Av. n. 2, 1950.

COHEN, A. P. *Self-consciousness:* an alternative anthropology of identity. Londres: Routledge, 1994.

EPSTEIN, A. L. *Ethos and identity*. London, Tavistock, 1978.

GALLERO, Maria Cecília. *Fronteras de identidad:* alemanes-brasileños en el Alto Paraná Misionero, 2005. Tesis (Maestria) – 2005. Programa de Postgrado en Antropologia Social/Universidade Nacional de Misiones (Misiones, Argentina), 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HUTCHINSON, John; SMITH, A. D. (Ed.). *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

JENKINS, Richard. *Rethinking ethnicity*. Londres: Sage, 1997.

KLUEGER, Urda A. *Verde Vale*. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

NEDEL, Rui. *Te arranca alemão batata*. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1986.

NEIVA, A. Hehl. *O problema imigratório brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

PY, A. da Silva. *A 5ª Coluna no Brasil*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1942.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMERO, Silvio. *O allemanismo no sul do Brasil:* seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil.* Brasília: Ed. da UnB, 1990.

_____. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999a.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999b, p. 257-288.

_____. (1999c). Colonização e conflito: estudo sobre motins e desordens numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: Santos, José V. T. dos (Org.). *Violência em tempo de globalizaçã*o. São Paulo: Hucitec, 1999c. p. 500-521.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, 53, 2002a.

_____. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. *Cadernos CERU*, São Paulo: USP, série 2, n. 13, 2002b.

THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. New York: Octagon Books, 1974.

WACHOWICZ, Ruy C. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

WAIBEL, Leo. Die Europäiesche Kolonisations Südbrasilien: Colloquium Geographicum, Bonn: F. Dümmlers Verlag, n. 4, 1955.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

ZANINI, Maria Catarina C. *Italianidade no Brasil Meridional*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.